

Educação no contexto das restrições sanitárias: analisando as políticas do estado de Goiás na educação básica em 2020

Education in the context of health restrictions: analyzing the policies of the state of Goiás in basic education in 2020

Educación en el contexto de restricciones sanitarias: analizando las políticas del estado de Goiás en educación básica en 2020

Recebido: 25/03/2023 | Revisado: 05/04/2023 | Aceitado: 06/04/2023 | Publicado: 11/04/2023

Jane Alves Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8089-4814>

CEPMG Dr. José Feliciano Ferreira, Brasil

E-mail: jacb5000@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as políticas adotadas pelo governo do Estado de Goiás na área da educação durante o período de restrições sanitárias provocadas pela pandemia da Covid-19, com foco no ano letivo de 2020. Em particular, discutiremos o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP) para os alunos da rede estadual, oferecido por meio do portal oficial da Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC), apontando os limites e as possibilidades desse modelo para uma educação de qualidade mediada pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). A pesquisa realizada teve caráter exploratório e bibliográfico. Evidenciamos as regularidades, discrepâncias e intensidades das ações e políticas impulsionadas durante o período e publicadas na página oficial da SEDUC. Concluímos que existem muitos obstáculos à universalização e à permanência dos alunos nesse modelo de ensino mediado pelas novas TDICs e pelo contexto de restrições sanitárias. As desigualdades sociais são os principais limites dessa política, influenciando na condição de quem pode ou não acompanhar o ensino nessa modalidade, o que pode interferir no desenvolvimento educacional do estado nos próximos anos. Além disso, destacamos as possibilidades de utilização da internet e das novas tecnologias para incrementar a educação básica, construindo possibilidades de literacia e alfabetização digital para os estudantes, professores e gestores educacionais. Essas possibilidades devem ser exploradas de maneira mais ampla, permitindo a oferta de conteúdos diversificados, o desenvolvimento de habilidades e competências digitais e o acesso à educação de qualidade para todos os alunos.

Palavras-chave: Educação básica; Pandemia; Restrições sanitárias; REANP; SEDUC.

Abstract

The objective of this work is to analyze the policies adopted by the government of the State of Goiás in the area of education during the period of sanitary restrictions caused by the Covid-19 pandemic, focusing on the 2020 school year. In particular, we will discuss the Special Class Regime (REANP) for students from the state network, offered through the official portal of the Goiás State Department of Education (SEDUC), pointing out the limits and possibilities of this model for quality education mediated by the use of Digital Technologies of Information and Communication (TDICs). The research carried out had an exploratory and bibliographic character. We evidenced the regularities, discrepancies and intensities of the actions and policies promoted during the period and published on the official SEDUC page. We conclude that there are many obstacles to universalization and the permanence of students in this teaching model mediated by the new DICTs and the context of sanitary restrictions. Social inequalities are the main limits of this policy, influencing the condition of who can or cannot follow teaching in this modality, which can interfere with the educational development of the state in the coming years. In addition, we highlight the possibilities of using the internet and new technologies to enhance basic education, building possibilities for literacy and digital literacy for students, teachers and educational managers. These possibilities should be explored more widely, allowing the offer of diversified content, the development of digital skills and competences and access to quality education for all students.

Keywords: Basic education; Pandemic; Sanitary restrictions; REANP; SEDUC.

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar las políticas adoptadas por el gobierno del Estado de Goiás en el área de educación durante el período de restricciones sanitarias causadas por la pandemia de Covid-19, con foco en el año escolar 2020. En particular, discutiremos el Régimen de Clase Especial (REANP) para estudiantes de la red estatal, ofrecido a través del portal oficial de la Secretaría de Educación del Estado de Goiás (SEDUC), señalando los límites

y posibilidades de este modelo de educación de calidad mediada por el uso de Tecnologías Digitales de la Información y la Comunicación (TDICs). La investigación realizada tuvo un carácter exploratorio y bibliográfico. Evidenciamos las regularidades, discrepancias e intensidades de las acciones y políticas impulsadas durante el período y publicadas en la página oficial de la SEDUC. Concluimos que existen muchos obstáculos para la universalización y la permanencia de los estudiantes en este modelo de enseñanza mediado por las nuevas DICT y el contexto de restricciones sanitarias. Las desigualdades sociales son los principales límites de esta política, incidiendo en la condición de quién puede o no seguir la docencia en esta modalidad, lo que puede interferir en el desarrollo educativo del estado en los próximos años. Además, destacamos las posibilidades del uso de internet y las nuevas tecnologías para potenciar la educación básica, construyendo posibilidades de alfabetización y alfabetización digital para estudiantes, docentes y gestores educativos. Estas posibilidades deben explorarse más ampliamente, permitiendo la oferta de contenidos diversificados, el desarrollo de habilidades y competencias digitales y el acceso a una educación de calidad para todos los estudiantes.

Palabras clave: Educación básica; Pandemia; Restricciones sanitarias; RENP; SEDUCIR.

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 teve um grande impacto na educação em todo o mundo (Jesus, de Oliveira & Soares, 2020). Com a necessidade de distanciamento social para conter a disseminação do vírus, as escolas foram obrigadas a fechar e o ensino teve que se adaptar ao modelo remoto, com aulas online e materiais educacionais disponibilizados pela internet. Esse modelo de ensino trouxe muitos desafios para os professores, alunos e pais, como a necessidade de adaptar-se rapidamente a novas tecnologias, a falta de acesso à internet e a falta de interação social no ambiente escolar (Palácia & Takenami (2020); Campos, 2021).

Além disso, com o surgimento do Coronavírus e da pandemia, houve um impacto desigual na educação, aprofundando as desigualdades já existentes (Nunes & Castro (2021)). Alunos de baixa renda tiveram mais dificuldade para acompanhar o ensino remoto, devido à falta de acesso à internet e tecnologia adequada (Farias & Cavalcante, 2020). Além disso, muitos alunos dependem da escola para se alimentar e para ter acesso a serviços de saúde, o que tornou ainda mais difícil para eles lidar com a interrupção das aulas presenciais (de Andrade Carneiro et al., 2020; Borba & Araujo, 2021). A pandemia exacerbou as desigualdades já existentes no sistema educacional brasileiro (Grossi, Minoda e Fonseca (2020); Dias et al., 2021). Alunos de baixa renda e das regiões mais pobres do país tiveram mais dificuldade para acompanhar o ensino remoto, devido à falta de acesso à internet e tecnologia adequada. Muitos desses alunos dependem da escola para se alimentar e para ter acesso a serviços de saúde, o que tornou ainda mais difícil para eles lidar com a interrupção das aulas presenciais (Silva et al., 2020).

Esse fenômeno também afetou a formação dos professores e a produção de conhecimento científico na área da educação. Com a interrupção das atividades presenciais nas universidades e instituições de pesquisa, muitos projetos de pesquisa foram suspensos ou adiados, o que pode afetar o desenvolvimento da educação nos próximos anos, como apontam Oliveira e Sã (2020) e Melo et al., (2020).

A pandemia da Covid-19 impôs grandes desafios para o Brasil e em diversas áreas, e a educação foi uma das mais impactadas (Moreira et al., 2020). Com a necessidade de distanciamento social para evitar a disseminação do vírus, as escolas tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino não presencial, mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) (D'Alóia et al., 2021). Nesse contexto, o Estado de Goiás implementou o Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP) como forma de garantir a continuidade do ano letivo. O presente trabalho tem como objetivo explorar as políticas de educação adotadas pelo governo do Estado de Goiás durante a pandemia da Covid-19, com foco no ensino não presencial baseado no REANP para a educação básica.

Assim, a pesquisa proposta é relevante por contribuir para a compreensão de como o Estado de Goiás conduziu sua política de ensino durante a pandemia da Covid-19, em um contexto de ensino não presencial baseado no REANP. Além disso, a pesquisa preenche uma lacuna importante na literatura ao explorar as políticas de educação de um estado brasileiro durante a

pandemia, o que pode fornecer informações úteis para outros estados e países em situações semelhantes. Por fim, a pesquisa busca analisar o papel das TDICs na educação durante a pandemia, o que pode ter implicações significativas para o desenvolvimento futuro da educação em Goiás e em outros lugares.

É importante destacar que o uso das TDICs na educação tem se mostrado uma tendência crescente em todo o mundo. Nesse sentido, a pandemia da Covid-19 pode ser vista como uma oportunidade para explorar novos modelos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, o que pode levar a mudanças significativas na educação no futuro.

A hipótese inicial é que o governo do Estado de Goiás conseguiu implementar políticas emergenciais em tempo hábil para garantir a continuidade do ano letivo, mas que focou essencialmente em plataformas digitais para cumprir a carga horária, deixando de considerar outros fatores pedagógicos e sociais importantes, como o acesso às ferramentas necessárias para participação no REANP por parte dos alunos e professores.

2. Metodologia

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma análise exploratória e bibliográfica, com técnicas de análise de conteúdo para interpretação dos dados, tendo como contexto de investigação o impacto das restrições sanitárias causadas pela pandemia da Covid-19 no sistema educacional do Estado de Goiás, por meio de informações, notícias, estatísticas e normas publicadas no site oficial da Secretaria de Educação – SEDUC/GO, durante todo o ano de 2020, buscando evidenciar quais foram as políticas implementadas no período, seus limites e possibilidades.

O objetivo geral desta dissertação é propor um estudo exploratório e bibliográfico do modelo de ensino não presencial colocado em prática no ano de 2020 no Estado de Goiás, procurando avaliar os efeitos dessas políticas no ensino do estado em um contexto de restrições sanitárias, explorando as ações, as políticas e os resultados alcançados e expostos nos sites oficial da Secretária de Estado de Educação – SEDUC.

Segundo Lakatos (2003, p. 158), existem três procedimentos para levantamento de dados: “pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos. Na pesquisa bibliográfica, o pesquisador procura realizar um apanhado geral dos trabalhos realizados com a temática, com estudo sistematizado da literatura especializada, representando fontes de informações qualificadas para a análise. Também se torna necessário realizar uma investigação de fontes documentais, que oriente a investigação realizada. A autora pontua que são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com o objetivo, circunstâncias e tipo de investigação.

Nesse caso específico, iremos nos deter sobre duas técnicas mais especificamente: Pesquisa Bibliográfica e Análise de Conteúdo. A pesquisa bibliográfica, também conhecida como pesquisa de fontes secundárias, procura abarcar toda a bibliografia tornada pública sobre o tema em estudo, geralmente necessita de um filtro do pesquisador para identificar o que é importante para a sua pesquisa, e podem ser artigos, jornais, revistas, livros, materiais, ou ainda meios de comunicação como o rádio, televisão, filmes, etc., tendo a finalidade de aproximar o pesquisador de seu objeto e as diferentes abordagens utilizadas.

Ressalta Lakatos (2003, p. 183) que “a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Um dos pontos que podem ser abordados é realizar uma pesquisa bibliográfica sobre conteúdo e orientação, procurando analisar as diferenças e tendências dedicadas à política, fatos variados, notícias, esporte, acontecimentos, publicidade e outros, mas geralmente envolvendo questões que envolve a população e os seus modos de vida, relacionados à educação, saúde, economia, etc.

Segundo a autora, a análise de conteúdo “permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação” (Lakatos 2002, p. 223), sendo que essa explicação corresponderia a uma tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores, podendo ser relações “estabelecidas em função de suas propriedades

relacionais de causa-feito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc. (Lakatos, 2003, p. 167). Esse tipo de análise pode ser ela elaborada no nível de interpretação, explicação e especificação, procurando explicitar as relações entre as variáveis e fenômenos.

A nossa investigação é amparada pelas redes digitais de comunicação e informação, e tem como fonte de coleta de dados o portal oficial da Secretaria da Educação (SEDUC) do estado de Goiás, na qual mapeamos todas as publicações referentes ao período de restrições sanitárias ligadas à pandemia no campo educacional, as políticas e normas publicadas, e como essa política pode ter interferido na educação básica do estado durante o ano de 2020, procurando destacar os rearranjos para que a educação continuasse funcionando nesse contexto emergencial. O desdobramento da metodologia e das técnicas de análise de conteúdo serão tensionados nos próximos capítulos, principalmente na discussão e análise dos resultados.

Foram identificados os termos-chave relacionados ao tema, como "pandemia", "COVID-19", "educação", "ensino remoto", "desigualdades educacionais", entre outros. Em seguida, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para selecionar os estudos relevantes para a revisão. Os critérios de inclusão incluíram estudos publicados em periódicos científicos, dissertações e teses acadêmicas, estudos realizados no Brasil, e estudos que analisaram o impacto da pandemia na educação. Os critérios de exclusão incluíram estudos com metodologia inadequada e estudos que não foram relacionados ao tema.

Foram realizadas buscas em bases de dados científicas, como Scopus, Web of Science e outras bases de dados específicas da área da educação, utilizando os termos-chave definidos e os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Após a busca na literatura, foram selecionados os estudos que atendiam aos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. A seleção foi realizada por dois pesquisadores independentes, e as discordâncias foram resolvidas por consenso.

Também foram extraídos dados relevantes dos estudos selecionados, como autor, ano de publicação, objetivo do estudo, metodologia, resultados e conclusões. Em seguida, os dados foram analisados e sintetizados, buscando identificar as principais tendências e resultados dos estudos em relação ao impacto da pandemia na educação no Brasil. Com base na análise dos dados, foi elaborada a revisão da literatura, com uma descrição dos estudos selecionados, uma síntese dos resultados e conclusões, e uma discussão das principais tendências e implicações para a educação no Brasil.

3. Resultados e Discussão

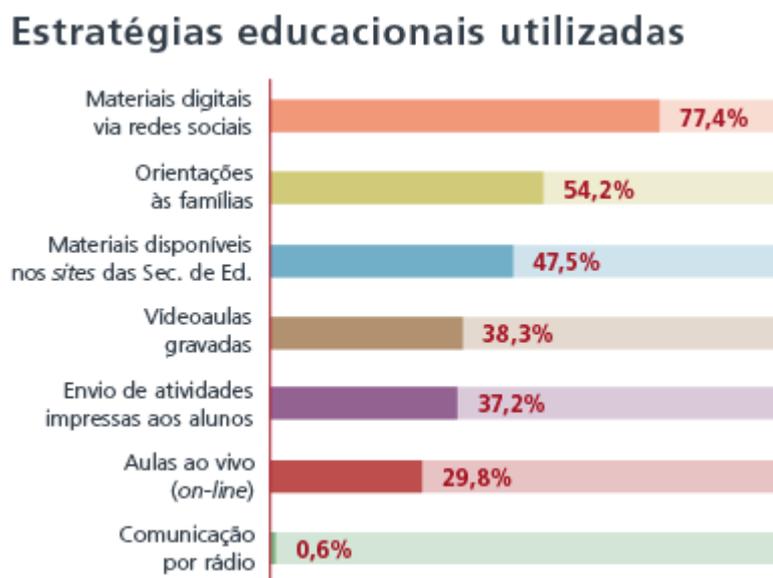
A educação, principalmente a pública, teve que se adequar para enfrentar as dificuldades do ensino remoto, utilizando estratégias pedagógicas por vezes desconhecidas dos atores envolvidos, exigindo paciência e empenho de todas as esferas, que passam por governos, gestores escolares, professores, responsáveis e alunos. A instituição Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil que tem tido influência no debate sobre educação no país e promete em seu marco regulatório "mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil", se declaram sem fins lucrativos e sem ligação com partidos políticos.

Essa instituição elaborou um relatório sobre as estratégias adotadas em um primeiro momento frente à pandemia, ainda em abril de 2020, o que nos permite visualizar como as redes estaduais e municipais elaboraram as suas primeiras estratégias de ensino, quando o cenário educacional na pandemia ainda era muito incerto. Abaixo expomos alguns dados do primeiro semestre nas redes estaduais e municipais sobre estratégias educacionais durante a excepcionalidade pandêmica, retiradas do relatório referenciado por essa ONG ligada à educação.

Como pode-se perceber na Figura 1 exposta no relatório do Todos Pela Educação, as esferas estaduais tiveram destaque diante das esferas municipais em um primeiro momento, conseguindo implementar diferentes estratégias de ensino, que se apoiaram em plataformas online, aulas via TV, materiais via redes sociais, tutoriais e chats, entre outros, onde os municípios que cuidam da educação infantil tiveram maior dificuldade de utilizar essas ferramentas para suprir as aulas não presenciais. A pandemia da Covid-19 trouxe diferentes desafios para a sociedade brasileira, e o nosso estudo foca em como

uma esfera específica da administração pública, que elaborou e implementou as políticas estaduais na Educação Básica, tendo como corpus de análise o Estado de Goiás e a sua Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, enfrentou essa excepcionalidade em tempos de restrições sanitárias.

Figura 1 - Estratégias educacionais adotadas em abril de 2020 – durante a pandemia no Brasil.



Fonte: SEDUC (2020).

O Estado de Goiás foi um dos que mais rápido decretou isolamento social e fechamento das escolas no Brasil, na qual o governador que é médico resolveu seguir as orientações da OMS, e se prevenir de um caos na saúde pública, sendo que a solução encontrada foi o fechamento total do comércio, escolas, atividades culturais e outras que não foram consideradas essenciais. O primeiro decreto estadual foi estabelecido no dia 15 de março por meio de uma norma técnica da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), contendo ainda diretrizes para a educação e o ensino. Entre o mês de março a setembro de 2020, identificamos 31 decretos sobre a pandemia e 17 normas técnicas, portarias e outros. Dessas apenas dois se relacionava diretamente com assuntos educacionais, na qual o primeiro estabelece a situação de emergência, sendo renovado algumas vezes durante o ano, e o outro que regulamenta a verba da alimentação escolar e o seu repasse para os alunos da rede pública estadual.

O Estado procurou criar estratégias para levar conteúdo aos estudantes durante a pandemia, como aulas em TV aberta, de forma on-line, entrega de material impresso e portal de conteúdo, correspondendo algumas das formas encontradas para continuar a aprendizagem em tempos de pandemia. O Governo de Goiás, por meio da SEDUC também contou com o recurso de transmissões de aulas ao vivo e de videoaulas pela TV Brasil Central (TBC) e pelas rádios Brasil Central (AM 1270) e RBC FM (90,1), com exibições diárias (de segunda-feira a sexta-feira) com aulas de 30 minutos, sendo que na parte da manhã ocorre entre as 10h até às 10h30, com conteúdo direcionados ao Ensino Médio, e no período vespertino, das 15h às 15:30, conteúdos destinados ao Ensino Fundamental.

A resolução do Regime de Aulas Não Presenciais (REANP) está comprometida com a “necessidade de zelar e cuidar da vida de todos os membros da comunidade escolar e, paralelamente, manter ativo e operante o Sistema Educativo do Estado de Goiás”. O artigo 1º desta resolução manteve o REANP até o dia 19 de dezembro de 2020, quando terminou o segundo semestre. Ficou decidido também que o Conselho de Classe das instituições educacionais identifique os objetos de conhecimento que não foram contemplados durante em 2020, de modo que sejam incluídos no ano letivo de 2021. É definido

Selecionamos também os dez termos mais recorrentes nessa primeira amostra de 100 notícias informativas, catalogadas sobre o tema no recorte estudado. Os termos destacados referem-se aos atores, as políticas adotadas e a rede de ensino investigada, ou seja, a Rede Estadual de Educação do Estado de Goiás. O desenho dessa pequena nuvem de palavras abarca os principais pontos e atores envolvidos na política pública, que forma justamente o contexto do nosso objeto de estudo, onde podemos traduzir da seguinte maneira: Governo estadual de Goiás, adotou as aulas não presenciais na sua rede de educação, que envolve principalmente, os professores e alunos.

Figura 3 - Nuvem de Palavras dos 10 termos mais frequentes nas notícias selecionadas.



Fonte: Autora (2022).

Como o nosso recorte abrange todo o ano de 2020, tivemos que realizar uma segunda entrada no campo de notícias da SEDUC, sendo que essa nova nuvem de palavras foi realizada com os dados referentes aos meses de setembro a dezembro de 2020, com os mesmos critérios, selecionamos apenas informações que se relacionavam diretamente com as políticas educacionais implementadas no período de restrições sanitárias, o que nos permite inferir sobre os temas que circularam na página oficial da secretaria e as prioridades do Estado de Goiás na elaboração de políticas públicas educacionais, mesmo que a seleção mostre apenas os termos mais recorrentes, numa etapa posterior apontaremos as regularidades apresentadas, por meio da Análise de Conteúdo e os discursos predominantes..

Nesse novo conjunto de notícias, os temas não se alteram, mas pelo tamanho das palavras, percebemos que as prioridades de gestão mudaram, pois, o termo estudantes se destaca, o que demonstra que a abordagem da secretaria girou em torno desse ator que é o sujeito de aprendizagem, sem ele a escola não existe.

Sendo assim, ao analisar a estrutura específica do site da SEDUC observou-se que o site possui abas de direcionamento para o cidadão comum, que consegue compreender a dinâmica de funcionamento desse tipo de ferramenta, nesse caso, pode ser facilitado. Mas se for uma pessoa leiga, sem familiaridade com a Internet, pode se perder e ser uma política de acesso e transparência que não alcança a todos os indivíduos na política, o que nega um direito constitucional de igualdade de acesso e permanência, que vem sendo prejudicado pelo modelo do REANP, que acaba excluindo aquele que não tem um bom acesso à internet a compreensão de como funciona as ferramentas de busca e aprendizagem desenvolvidas pelo governo e coordenadas pela SEDUC.

A partir de uma análise cuidadosa dos dados, a observação que se sobressai é justamente a de que é possível compreender e navegar pela interface e elementos do portal, desde que se conheça os funcionamentos básicos que compõem esse tipo de ferramenta virtual, mediada pela Internet. Os links para os portais NetEscola e Portal Educa são os que faremos nessa análise, pois compõem as prerrogativas para o REANP em 2020. Na parte superior do site tem uma aba destinada aos

Estudantes, onde são abordados diferentes assuntos ou subtemas, que resumimos abaixo e que nos mostra a perspectiva do Estado em relação a participação dos alunos na gestão escolar, possuindo documentos específicos, que podem ser baixados no site.

Avançando para os modelos utilizados no estado de Goiás, O Estado de Goiás em pouco tempo já conseguiu colocar diferentes estratégias de ensino em funcionamento, se apoiando em plataformas e materiais online disponíveis de forma online. Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas Social. Esse tempo ainda foi bem menor do que o regulado pela LDB, que é de no mínimo, 4 horas diárias.

Alunos goianos de 6 a 15 anos tiveram uma média de tempo de estudo 2,6 horas por dia útil, índice acima da média nacional, de 2,37 horas diárias, e segundo melhor resultado do país” em relação ao tempo de estudo durante a pandemia. Outro dado destacado na pesquisa é que a “falta de atividades escolares entre os estudantes foi mais relacionada à falta de oferta de conteúdo pedagógico, por parte das redes escolares, do que a problemas de interesse por parte dos alunos (GOIÁS, 2021, n.p).

A SEDUC vem atuando com o programa Seduc em Ação desde maio de 2020, onde é transmitido aulas pela TV Brasil Central, principalmente para alunos com dificuldade de acesso à internet. Algumas ações do governador no período para sanar essas dificuldades, foi repassar 1.136 smartphones para a SEDUC, procurando atender os alunos que não tivessem nenhum tipo de instrumento para acompanhar as aulas. A iniciativa foi possível graças à parceria estabelecida com a Secretaria Especial da Receita Federal em Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), e a empresa Vector Mobile. Os aparelhos mudaram a realidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade social (Goiás, 2021, n.p).

Outras estratégias e ensino utilizados pelo Estado de Goiás, foi levar material impresso para os alunos que ficaram à margem do REANP, por falta de ferramentas ou instrumentos, sendo enviadas semanalmente listas de atividades e cartilhas de conteúdo para que os alunos continuassem o ano letivo, inclusive nas zonas rurais, com o apoio do transporte escolar. Também é informado pelo site da SEDUC que os alunos em vulnerabilidade social e de baixa renda recebem quinzenalmente o auxílio de R\$75,00 para aquisição de itens alimentícios. Após reelaboração da política, o estado começou a substituir o depósito do auxílio alimentação, pois só atendia alunos cadastrados em programas sociais pela entrega de kits de alimentos nas escolas das redes estaduais, sendo que essa política recebeu R\$82 milhões para compra desses kits entre os meses de agosto a dezembro de 2020, tratando-se de uma busca ativa por parte do Estado, onde foi constatado baixo abandono escolar durante o ano, mesmo com a excepcionalidade pandêmica.

Os modelos destaques na educação modalidade virtual ou remota foram os portais NetEscola e o Portal Educa, que ofereceu instrumentos específicos para o desenvolvimento do ano letivo e continuidade do ensino nas escolas da rede educacional básica coordenadas pela SEDUC e o governo do Estado de Goiás. A secretaria afirma que a rede estadual foi fundamental no enfrentamento da Covid-19 em Goiás, procurando abarcar todas as peculiaridades e dificuldades do período, que fez o estado se destacar com as políticas educacionais da área.

Observou-se que os conteúdos e materiais de ensino procura abarcar todos os níveis da Educação Básica, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, além de passar pela Educação no Campo, Indígena, Quilombola e Infantil, expressando que o Estado de Goiás, aparentemente procurou sanar algumas das dificuldades impostas pelo REANP, oferecendo materiais e plataformas para melhorar a qualidade do ensino no estado durante a pandemia, mas ainda não é possível medir se os alunos aproveitaram esses materiais que precisam de dados e internet para ser acessado ou se optaram por outros materiais, mediados pelo WhatsApp, ou estratégias colocadas em ação pelas instituições de ensino.

Neste portal, no campo específico para aluno tem a Escola Digital, que é uma página que orienta o aluno a estudar do seu jeito, procurando materiais de interesse pessoal, e que corresponda a suas dúvidas e faixa de ensino. Todo esse material é pautado pelos eixos e habilidades da BNCC, que utiliza filtros para resultados como disciplina, etapas, anos e modalidades,

tipos de mídia, conectividade, licença de uso, acessibilidade e etnias indígenas, com mais de 30 mil conteúdos disponíveis, com variados formatos e plataformas. Essa plataforma é colaborativa, ou seja, qualquer um pode compartilhar material e tem local para produção de material na própria plataforma, que pode ser acessada com as redes sociais ou com login e senha.

Durante o REANP, o estado de Goiás começou a reformar escolas, principalmente visando o retorno das aulas presenciais seguindo os protocolos de segurança e higiene, sendo que em 2020, ao todo estavam sendo reformadas 263 escolas no estado, prometendo alcançar 600 escolas, após os momentos mais críticos da pandemia. Segundo a SEDUC e o governador do Estado de Goiás, a educação é prioridade no estado, mesmo durante a pandemia, sendo que as ações educacionais começaram após três dias do decreto inicial de fechamento das escolas ainda em março.

Figura 4 - Plataformas e eixos de atuação do Estado de Goiás na área da educação durante a pandemia da Covid-19 – durante o ano de 2020.



Fonte: Goiás (2020).

Uma das políticas sugeridas pelo estado, foi que fosse fornecido material impresso para os alunos que não tenham acesso à Internet ou ferramentas digitais, como o computador ou celular que suporte a carga de estudos, procurando diminuir as desigualdades sociais agravadas pelo momento excepcional e a anormalidade causada pela crise de emergência sanitária. Em resumo, a Figura 4 expõe os eixos de atuação do Estado de Goiás no campo da educação e como tem sido um ensino totalmente mediado pelas ferramentas digitais, que se apoiam no uso da Internet para manter com certa ‘normalidade’, as escolas funcionando e os alunos em ‘sala de aula’, aprendendo e se desenvolvendo, mesmo com as dificuldades impostas pelo contexto e as enormes disparidades em que estão submetidos tanto os profissionais da educação como os estudantes.

No total, são 1001 escolas no estado sendo monitoradas, somando 527.129 estudantes em suas variadas etapas da educação básica, o que demonstra certo controle da política implementada pelo estado através dessa ferramenta de monitoramento, fornecendo estatísticas online que permitem compreender o período do regime especial de aulas não presenciais. Aparentemente, o Estado de Goiás, conseguiu implementar diferentes alternativas que foram colocadas em ação em pouco tempo, atingindo a maior quantidade de alunos possíveis. As estruturas de funcionamento e materiais virtuais não substituem, mas auxiliam nesse momento em que a educação tradicional, com os atores em um espaço físico demarcado, foi transferida para a realidade virtual e online, que não alcança a todos os envolvidos do mesmo jeito.

Moreira e Schlemmer (2020) nos incentiva a pensar em possibilidades e oportunidades que esse período nos trouxe, onde a educação se posicionou no centro do debate, sugere ainda que através do debate, se busque soluções para um ensino que

consiga fundir tecnologia e aprendizagem da melhor maneira possível, onde se torna urgente e necessário transitar deste ensino remoto de emergência, importante numa primeira fase, para a educação digital de qualidade que defendemos. Mélo et al., (2020). Os gestores, professores e a comunidade escolar como um todo, devem elaborar um projeto educacional de qualidade, que se apropria de tecnologias para incrementar o ensino, numa espécie de Educação Digital Onlife, que deve representar um novo paradigma educacional, onde a educação digital trata-se de um movimento contínuo entre os atores, onde as máquinas e as coisas tem exercido influência nesse contexto pandêmico, que provavelmente refletirá nos novos modelos de ensino no Brasil e no mundo.

Nessa parte final da pesquisa realizaremos uma análise de conteúdo baseado nos estudos de Bardin (2010), procurando compreender as principais categorias abordadas pelo Estado de Goiás no campo da educação básica durante o ano de 2020, procurando apontar ainda as regularidades, discrepâncias e intensidades identificadas nas informações e medidas. Segundo a pesquisadora, podemos perceber a análise de conteúdo como uma espécie de decomposição do discurso, que nos permite identificar unidade de análise ou grupos de representação que servem para categorizar algum fenômeno, a partir do qual é possível a construção de significados, possibilitando a interpretação e compreensão de determinada realidade ou grupo.

A coleta de dados foi realizada no site oficial da SEDUC/GO, tendo como tema de busca a educação no contexto da pandemia, além de notícias que envolvem as medidas de restrição sanitárias. Apesar do site ser da secretaria de educação, circulam outras informações de instâncias não relacionadas com o campo educacional, o que deixa de compor a nossa amostra geral e final. Como instrumentos de coleta de dados primários, foram selecionadas 135 notícias relacionadas à educação no contexto de pandemia, durante todo o ano de 2020. A primeira etapa após a leitura flutuante, foi coletar os *prints*, depois transcrevemos as chamadas das notícias, para posteriormente serem categorizadas. Fizemos duas entradas de coletas de dados, uma no começo de agosto e outra no dia 31 de dezembro, sendo possível coletar os dados com semestres fechados.

Optamos por fazer uma categorização temática, pois com a leitura flutuante foi possível perceber que as notícias estavam relacionadas mais especificamente com ações ou políticas públicas implementadas pelo Estado de Goiás na área da educação durante o primeiro ano de pandemia, fortemente influenciada pelas medidas de restrições sanitárias.

Ao todo foram catalogadas 135 notícias que abarcava o contexto da nossa pesquisa, sendo que dessas, 13 foram classificadas na primeira categoria (Orientações Gerais Covid-19); 61 notícias foram enquadradas na segunda categoria (Notícias relacionadas à Educação); 18 foram classificadas na terceira categoria (Políticas Públicas) implementadas pelo Estado de Goiás; e 43 foram classificadas na quarta categoria (Apoio Didático e Pedagógico). Abaixo reproduzimos os principais achados da pesquisa quanto aos critérios de classificação como assuntos regulares (com maior repetição); discrepante (que destoa das regulares); e intensidade (que tem destaque, podendo ser um grifo, letras maiúsculas ou termos destacados de valorização).

Tabela 1 - Resumo dos principais achados da pesquisa.

Característica e critérios de avaliação	Orientações Gerais Covid-19	Notícias relacionadas à Educação	Políticas Públicas	Apoio Didático e Pedagógico	Total por características
Regularidade	7	27	10	31	75
Discrepância	4	19	3	4	30
Intensidade	2	15	5	8	30
Total de notícias por categoria	13	61	18	43	
Total Geral	135				

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa.

Alguns enunciados de prova podem ser verificados nas seguintes chamadas como a primeira com o tema, que ocorreu

no dia 05 de junho de 2020, Reunião apresenta propostas para protocolo de retorno às aulas presenciais em Goiás; ou ainda Representantes da Educação em Goiás elaboram planos de retomada às aulas presenciais; e “Governo de Goiás mantém a suspensão das aulas presenciais e evita a circulação de 530 mil estudantes”, entre outras.

O fato que mais de um ano após o início das restrições sanitárias, impostas por regras de isolamento social, as aulas presenciais ainda não retomaram em sua totalidade, com uma tentativa de retorno presencial e parcial em janeiro de 2021, mas possibilitando o regime híbrido, sendo que esse retorno seguiu as orientações do Centro de Operações de Emergências (COE) em Saúde Pública de Goiás para Enfrentamento ao Coronavírus. Uma das notícias sobre o assunto foi sobre uma declaração do governador, que afirmou que “Garantir vacinações antes do retorno às aulas é fundamental para evitar segunda onda da doença” alega, que inclusive já aconteceu, vitimando mais pessoas do que durante todo o ano de 2020, e a vacina ainda não chegou para todos, o que configura um retorno inseguro como salientado na própria fala do governador.

Nessa categoria, também tiveram notícias relacionadas ao bem-estar mental dos estudantes e alunos, além da importância da rotina. A notícia que mais apresentou sinais de intensidade foi sobre o teste positivo de Coronavírus da secretaria de educação, ressaltando que a mesma cumpria quarentena em casa, publicada em 17 de junho. Também teve testagem gratuita realizada pela SEDUC aos servidores em regime presencial. A discrepância está na mensagem sobre garantir vacinação antes do retorno às aulas era fundamental para evitar segunda onda, pois não foi isso que aconteceu, sendo permitido voltar parcialmente para a sala de aula, colocando a comunidade escolar em risco, mesmo que tenham respeitado os protocolos, com o limite de até 30% da capacidade das instituições. Entre janeiro e maio de 2021, o pico de mortes no país foi altíssimo, sendo que “Goiás saltou da média de 31 mortes para 125. O estado já ultrapassou mais de 440 mil casos da doença” (Joye, Moreira & Rocha, 2020), o que demonstra o grave quadro de saúde coletiva que vivemos, refletindo na segurança sanitária durante a aula presencial, principalmente pelo baixo índice de vacinação no país.

Foram identificadas 61 chamadas relacionadas à categoria Notícias relacionadas à Educação, e que ocupou maior espaço no site da SEDUC, durante os doze meses do ano de 2020. A regularidade nesse conjunto de notícias tem relação com a suspensão das aulas presenciais e adoção e manutenção do REANP. Como prova dessa regularidade podemos citar alguns desses enunciados, tais como “Decreto suspende aulas presenciais por 15 dias”, sendo um documento publicado em março de 2020, poucos dias após a OMS decretar estado de pandemia; também podemos citar “Escolas estaduais deverão adotar o ‘regime especial de aulas não presenciais’”, seguido de “Rede estadual prepara implementação das aulas não presenciais”, ou ainda “Escolas estaduais dão início ao regime de aulas não presenciais”; e para corroborar, podemos destacar “1017 escolas estaduais de Goiás aderem ao regime especial de aulas não presenciais”, evidenciando como informações sobre essa política pública foi o destaque da SEDUC. Essa narrativa foi constante, acompanhando o quadro de notícias da secretaria, que foi renovando o primeiro decreto até o final do ano.

Selecionamos para a verificação duas notícias com traços de intensidade nessa categoria, são elas: “Educação em Goiás: “Política de Estado, e não de governo”, segundo o governador, o que afirma um posicionamento de que as políticas públicas ligadas à área da educação no estado não obedecem a um modelo político de determinado partido ou ideologia política unilateral e restrita, mas é pensada como sendo uma política de Estado, assegurada na Constituição, na qual pretende prestar com qualidade e eficiência, a partir de estudos complexos e discussões com técnicos e especialistas para proporcionar a melhor educação para o Estado, justificada em uma notícia muito comemorada durante o ano pandêmico que foi divulgada em setembro com grande destaque, assumindo sinais de intensidade: “Rede estadual de Goiás é primeiro lugar no Ideb do Brasil. As ações da educação goiana são elogiadas”, salientando o lugar de destaque do Estado no principal índice de qualidade da educação básica no país. Não é intenção do trabalho provar ou não se a educação no estado de Goiás tem traços de política de governo ou de Estado, mas destacar os conteúdos publicados pela SEDUC em seu portal oficial.

Escolhemos três notícias discrepantes para compor a prova. A primeira tem relação com uma tática pessoal

implementada por um professor, que criou uma espécie de incentivo ou recompensa para os alunos participarem das atividades não presenciais propostas como substituição das aulas presenciais: “Para incentivar aprendizado de seus alunos, professor confecciona lindos bolos e distribui aos estudantes mais dedicados”, substituindo os prêmios que geralmente distribuía em outras edições desse projeto (Aluno Destaque) na modalidade presencial, que eram medalhas e troféus, impossibilitada pelo fechamento das lojas que também estavam fechadas por causa da quarentena e o isolamento social. Duas notas de pesar também foram discrepantes, pois se tratavam dos primeiros casos de mortes de professores por causa de Covid-19 no estado de Goiás, um deles era Hilário Ab´reta Awe Predzawe, professor Intérprete da Língua Materna Indígena, e também cursava o 5º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás (UFG), representando uma grande perda para a Aldeia Xavante Nossa Senhora de Guadalupe, de Barra do Garças, Mato Grosso. A outra nota foi de uma servidora que ocupava o cargo de Coordenadora Pedagógica, representando os primeiros casos na educação, notícias que ficaram mais regulares durante o ano de 2021, que vitimou mais profissionais da educação.

Outra notícia que se mostrou discrepante em relação às demais tem ligação com uma estratégia adotada pela SEDUC: “Para combater evasão escolar, Governo de Goiás envia mensagens de incentivo por SMS a estudantes da rede estadual”, procurando motivar os alunos a acompanharem as aulas não presenciais, alcançando mais de 9 mil estudantes de Ensino Médio em tempo integral. Segundo dados apresentados pela secretaria, “após o envio de duas mensagens por semana em um período de 30 dias, foi percebida uma redução de 77,3% na taxa de evasão escolar comparando-se à taxa de estudantes que não receberam SMS nesse prazo” (SEDUC, 2020). Foi considerado evasão escolar a ausência consecutiva por duas semanas nas aulas não presenciais.

Na categoria Políticas Públicas, foram identificadas 18 notícias, com regularidade na questão do repasse de verba para custear alimentação dos alunos da rede estadual. Inicialmente, o valor era de R\$75,00 por aluno matriculado na rede, mas desde que tivesse o cadastro no programa Bolsa Família. Destas, 11 tiveram relação direta com o repasse de verba para alimentação escolar dos alunos ou distribuição de Kits de alimentação (que passou a ser a política pública em um momento secundário, procurando alcançar uma maior quantidade de estudantes, com um custo menor para o Estado), sendo uma com maior traço de intensidade. Exemplos dessa regularidade podem ser expressos nas seguintes chamadas: “Governo de Goiás vai repassar R\$75,00 por aluno da rede estadual que tenha cadastro no Bolsa Família”, ou ainda, “Governo de Goiás paga duas parcelas do auxílio alimentação aos estudantes de baixa renda da rede”; e também “Governo de Goiás vai distribuir kits de alimentação para 530 mil estudantes”, e outras com o mesmo teor, e que também apresentaram traços de intensidade em quase todas as chamadas, por envolver muito investimento financeiro, o governo faz questão de frisar e destacar essa política que utiliza os recursos destinados à merenda escolar. Até o final do ano, o governo de Goiás afirmou ter destinado R\$136 milhões para programas de alimentação na rede estadual, atingindo mais de 500 mil estudantes, notícias envolvendo verbas sempre têm destaque no site.

Em setembro tivemos uma sequência de notícias que expressaram determinada regularidade, apesar de ter sido em um curto espaço de tempo, mas com sinais de intensidade (ressaltamos que uma forma de classificação não anula a outra, mas ocupa espaço em apenas uma categoria, o que envolve um processo de decisão do pesquisador na catalogação), são características em torno de uma política pública específica e extremamente necessária para o sucesso do ensino mediado pelo REANP, que lançou um programa de recuperação de equipamentos eletrônicos como smartphones para estudantes de baixa renda, e sem acesso à internet, visando diminuir as disparidades sociais de quem tem acesso ou não aos meios necessários para ter aulas remotas e on-line.

Por fim destaca-se que A SEDUC trabalha com roteiros que são disponibilizados no portal NetEscola, contendo a proposta de aula, seguida de vídeos explicativos, sempre com a informação destacada “Se for possível, assista a este vídeo”, reforçando que auxilia na compreensão do conteúdo explorado no roteiro e da disciplina. O nome do programa é SEDUC EM

AÇÃO, abordando as diferentes disciplinas e ano de referência, procurando facilitar o desenvolvimento do aluno e os estudos em casa, além de contribuir com o trabalho do professor. Esses materiais estão disponíveis no site www.todamateria.com.br, que conta com um grande acervo de roteiros e atividades, que podem ser acessadas tanto pelos alunos como professores da rede, e a quem possa interessar para efeitos de pesquisa, já que o site é aberto.

4. Conclusão

Esta dissertação aborda as políticas e ações adotadas pelo governo do Estado de Goiás em meio à pandemia da Covid-19 e suas implicações na educação. A Secretaria de Educação SEDUC utilizou seu portal oficial para se comunicar diretamente com a comunidade escolar, incluindo alunos e professores. Foram analisadas leis, normas e decretos que foram expedidos em 2020, e foi feito um delineamento das ferramentas tecnológicas implementadas pela SEDUC. O modelo emergencial adotado foi chamado de Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP).

Um dos primeiros governadores a adotar medidas de isolamento social, a educação em Goiás foi afetada em larga escala, modificando a rotina dos gestores, funcionários, professores, alunos e seus familiares. A escola passou a ser realizada dentro de casa, com mediação dos pais ou responsáveis pelos alunos, inclusive por aplicativos de mensagens como o WhatsApp. A plataforma NetEscola foi a maior inovação, substituindo os recursos didáticos utilizados em sala de aula e oferecendo bibliotecas virtuais para pesquisas escolares sobre diferentes disciplinas, conteúdos e curiosidades. No entanto, mesmo com a inovação, os alunos perdem a autonomia e os professores passam a ser substituídos por vídeos aulas, sem interação com o conteúdo acessado por seus diferentes alunos.

A pesquisa TIC Educação de 2019 apontou que 39% dos alunos de escolas públicas não tinham computador ou tablet em casa, representando um grande desafio para o ensino remoto. Além disso, a falta de contato dos alunos com os seus professores e colegas dificulta ainda mais o processo de ensino. Foram muitas as transformações impulsionadas pela pandemia, nas quais a comunidade escolar conviveu com o medo, a ansiedade sobre o vírus, os estudos e a insegurança quanto ao futuro escolar.

A educação pós-pandemia passa a ser a prioridade das gestões escolares, já que o retorno escolar de aulas presenciais tem ocorrido de modo gradual, com prevalência do ensino híbrido. Existem muitos obstáculos de universalização e permanência do aluno nesse modelo de ensino mediado pelas restrições sanitárias, sendo que as desigualdades sociais são os principais limites da política. A alfabetização digital tem relação direta com a capacidade do uso e compreensão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). É como se o indivíduo em sentido prático aprendesse a ler e a escrever através e por meio dessas tecnologias, e não só isso, desenvolvendo capacidade crítica de lidar com esses materiais e com as informações que circulam nessas redes.

No caso específico do Estado de Goiás, a Secretaria de Educação (SEDUC) utilizou o Portal NetEscola como principal plataforma para o ensino remoto durante a pandemia. Embora a iniciativa tenha sido bem-sucedida em alguns aspectos, como a disponibilização de bibliotecas virtuais e recursos didáticos online, também expôs as limitações do modelo de ensino remoto, principalmente em relação à falta de acesso à internet e às ferramentas tecnológicas por parte de alguns alunos.

Além disso, a pesquisa também identificou a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o impacto desse modelo de ensino na educação brasileira durante a pandemia, já que as crianças foram expostas a sentimentos e questões que não faziam parte de sua rotina. Os efeitos dessas experiências ainda são desconhecidos e podem ter impactos duradouros na educação do país.

Considerando a pesquisa realizada sobre as políticas adotadas na educação durante a pandemia da Covid-19 no Estado de Goiás, sugere-se como proposta de trabalhos futuros uma análise mais aprofundada sobre a efetividade do Regime Especial de Aulas Não Presenciais (REANP) e do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no processo de

ensino e aprendizagem dos alunos da rede estadual. Essa análise poderia ser realizada por meio de uma pesquisa quantitativa, com a aplicação de questionários para alunos e professores, e uma pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas individuais e em grupo. Além disso, seria interessante avaliar a possibilidade de implementação de políticas públicas que visem garantir o acesso à internet e às ferramentas tecnológicas para todos os alunos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, a fim de garantir uma educação de qualidade em cenários de restrições sanitárias.

Referências

- Borba, M. B. D. C., Araujo, A. F. D., & Pontes, F. A. R. (2021). A educação básica no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e a prática docente. *Cadernos de Pesquisa*, 51, e247231.
- Campos, R. A. (2021). Educação e pandemia: Reflexões sobre o contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 26, e260002.
- Castells, M. A. (2003). *Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*; tradução Maria Luiza X. de A. Borges; revisão Paulo Vaz. Zahar.
- CETIC.BR. (2020). *Painel Tic Covid-19: Pesquisa sobre o uso da internet no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus*. Centro de Estudos para o desenvolvimento da sociedade da informação (Cetic.br), Núcleo Desinformação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). 3ª Edição: Ensino Remoto e Teletrabalho, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/es/publicacao/painel-tic-Covid-19-pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-no-brasil-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus-3-edicao/>. Acesso em: 09 jan. 2022.
- D'Alóia, A. D., do Amaral, A. M., & do Carmo, R. M. (2021). Políticas públicas e desigualdades educacionais na pandemia de COVID-19 no Brasil. *Educação & Realidade*, 46(1), e227554.
- de Andrade Carneiro, L., Rodrigues, W., França, G., & Prata, D. N. (2020). Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(8), e267985485-e267985485.
- Dias, G. N., da Silva, P. R. S., Pamplona, V. M. S., Araújo, J. C. O., da Silva Barbosa, E., da Silva Lobato, F., ... & Pinto, G. P. (2021). A utilização do Formulários Google como ferramenta de avaliação no processo de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia de Covid-19: Um estudo em uma escola de educação básica. *Research, Society and Development*, 10(4), e44910414180-e44910414180.
- Farias, M. F. D., & Cavalcante, L. M. (2020). Educação em tempos de pandemia: um estudo sobre a formação docente no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250048.
- Goíás. *Conheça os decretos e normas sobre o combate à pandemia do coronavírus*. Publicado em 27 de março de 2020, atualizado em 14 de setembro de 2020b. Disponível em: <https://www.casacivil.go.gov.br/noticias/9033-legisla%C3%A7%C3%A3o-sobre-o-coronav%C3%ADrus-Covid-19.html>. Acessado em 28 de setembro de 2020a.
- Grossi, M. G. R., Minoda, D. D. S. M., & Fonseca, R. G. P. (2020). Impacto da pandemia do COVID-19 na educação: reflexos na vida das famílias. *Teoria e Prática da Educação*, 23(3), 150-170.
- Jesus, M. P. D., de Oliveira, J. A., & Soares, M. A. (2020). Ensino remoto emergencial: desafios e perspectivas na pandemia da COVID-19. *Revista Iberoamericana de Educación*, 82, 13-28.
- Joye, C. R., Moreira, M. M., & Rocha, S. S. D. (2020). Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(7), e521974299-e521974299.
- Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa*. (5a ed.). Editora Atlas.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2013). *Metodologia do trabalho científico*. (7a ed.). Atlas.
- Mélo, C. B., Farias, G. D., de Sousa Moisés, L., Beserra, L. R. M., & Dalle Piagge, C. S. L. (2020). Ensino remoto nas universidades federais do Brasil: desafios e adaptações da educação durante a pandemia de COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(11), e4049119866-e4049119866.
- Mélo, C. B., Farias, G. D., de Sousa Moisés, L., Beserra, L. R. M., & Dalle Piagge, C. S. L. (2020). Ensino remoto nas universidades federais do Brasil: desafios e adaptações da educação durante a pandemia de COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(11), e4049119866-e4049119866.
- Moreira, M. E. S., da Silva Cruz, I. L., Sales, M. E. N., Moreira, N. I. T., de Castro Freire, H., Martins, G. A., ... & Popolim, R. S. (2020). Metodologias e tecnologias para educação em tempos de pandemia COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, 3(3), 6281-6290.
- Nunes, M. D. C. D., & Castro, R. D. (2021). Educação e pandemia: a comunicação escolar em tempos de crise. *Educação & Realidade*, 46(1), e229414.
- Oliveira, M. S. D., & Sá, M. A. G. D. (2020). Ensino remoto emergencial na educação superior: reflexões sobre as práticas docentes na pandemia da COVID-19. *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250109.
- Palácio, M. A. V., & Takenami, I. (2020). Em tempos de pandemia pela COVID-19: o desafio para a educação em saúde. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, 8(2), 10-15.
- SEDUC. (2020). Governo De Goiás. *Plataforma de apoio socioemocional para professores da rede*. SEDUC, publicado em 23 de jul. 2020. <https://site.educacao.go.gov.br/governo-de-goias-disponibiliza-plataforma-de-apoio-socioemocional-para-professores-da-rede/>.
- Silva, J. A. D., de Andrade, D. D., & Queiroz, A. (2020). Educação na pandemia de COVID-19: desafios e possibilidades para a formação docente. *Revista Iberoamericana de Educación*, 82, 83-98.